

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA – UFAL

MÁRCIO FERREIRA CALHEIROS

**O(S) SENTIDO(S) DE DEMOCRACIA NO DISCURSO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES**

MACEIÓ

2008

MÁRCIO FERREIRA CALHEIROS

**O(s) SENTIDO(S) DE DEMOCRACIA NO DISCURSO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de mestre ao Programa de Pós-
Graduação em Letras e Linguística, da Universidade
Federal de Alagoas.

Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães.

Orientadora

MACEIÓ

2008

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

C152s Calheiros, Márcio Ferreira.
O(s) sentidos de democracia no discurso do Partido dos Trabalhadores / Márcio Ferreira Calheiros. – Maceió, 2008.
70 f.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2008.

Bibliografia: f. 66-70.

1. Democracia. 2. Partido dos trabalhadores (Brasil). 3. Análise do discurso.
I. Título.

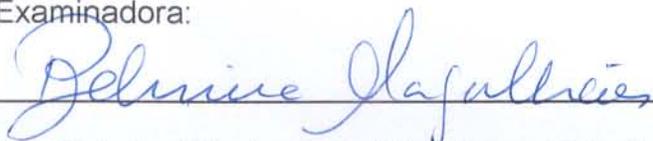
CDU: 801:329(81)PT

MÁRCIO FERREIRA CALHEIROS

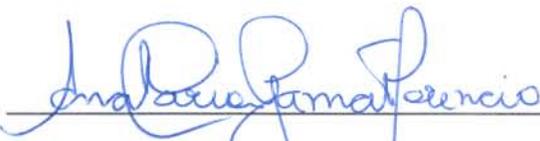
**O(S) SENTIDO(S) DE DEMOCRACIA NO DISCURSO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e
Linguística da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção
do título de mestre.

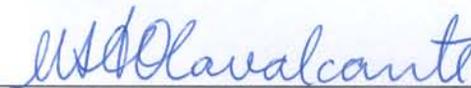
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL



Profa. Dra. Ana Maria Gama Florêncio
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFAL



Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL

Maceió, 25 de março de 2008

Dedico este trabalho ao meu saudoso avô **Edgar Calheiros**, a minha filha **Maria Clara**, a minha companheira **Lanúzia** e a minha mãe **Leninete**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar o meu sentimento de gratidão à Professora Doutora **Belmira Rita da Costa Magalhães** pela orientação segura, exigente, competente e afetuosa, sempre pronta a ajudar, mesmo em momentos difíceis. Certamente essa dissertação não teria sido concebida e elaborada sem a sua insistência permanente.

Sou imensamente grato às companheiras e aos companheiros, Profa. Doutoranda **Lígia Ferreira**, Profa. Doutoranda **Andréa Moraes**, Prof. Doutorando **Luciano Pereira** e Prof Dr. **Helson Sobrinho**, pelo apoio e incentivo constante e por acreditarem na realização desse trabalho.

Sou grato a **Lú**, (não mais presente no Programa) pela amizade e incentivo no início da minha caminhada como aluno da Pós. Sou também grato ao **Judson Leão** do Programa de Pós-Graduação pelo atendimento eficiente e cuidadoso.

Sou grato aos professores que colaboraram para a minha formação na graduação, dentre os quais destaco a **Profa. Dra. Vera Romariz**, **Profa. Dra. Juanuacele da Costa**, **Profa. Dra. Edilma Acioli** e **Prof. Dr. Roberto Sarmiento**.

Sou grato às professoras da Análise do Discurso, **Profa. Dra. Virgínia Borges**, **Profa. Dra. Socorro Aguiar**, **Profa. Dra. Ana Gama** e **Profa. Dra. Márcia Rossetti**, por ter contribuído de forma necessária e indispensável para o meu crescimento teórico e prático como analista do discurso.

RESUMO

Este trabalho intitulado “O(s) sentidos de democracia no discurso do Partido dos Trabalhadores (PT)” fundamenta-se na Teoria de Análise do Discurso, de linha francesa, filiada a Michel Pêcheux. O *corpus* foi constituído por seqüências discursivas extraídas do livro “Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)” que mostram a trajetória deste partido na concepção da temática democrática. Concentramo-nos fundamentalmente na década de oitenta (1982 a 1989). Seguindo a metodologia da teoria do discurso, foram construídas temáticas, através de recortes discursivos, que congregam os sentidos e efeitos de sentidos de democracia que circularam na década de 80, do século passado, no discurso do PT, e que nortearam suas ações no período. Nossas análises mostram a existência de três sentidos principais de democracia no discurso do PT: o primeiro relaciona democracia com maior participação do povo brasileiro nas decisões políticas do Estado; o segundo associa a necessidade da democracia como condição necessária para o socialismo; e no terceiro, democracia aparece como forma de reformulação do capitalismo.

Palavras-chave: Discurso – Sentidos – Democracia – Partido dos Trabalhadores (PT) – Brasil.

RÉSUMÉ

Ce travail intitulé: “le(s) sens de la démocratie dans le discours du parti des travailleurs (PT)” est basé sur la théorie d’analyse du discours, d’orientation française, filée à Michel Pêcheux. Le *corpus* a été constitué d’extraits du livre “Parti des Travailleurs: résolutions de rencontres et congrès (1979-1998)” qui montrent le trajet de ce parti dans la conception de la thématique démocratique. Nous avons concentré nos efforts, surtout, sur les années quatrevingt (1982-1989). Suivant la méthodologie de la Théorie du Discours, nous avons élaboré des thématiques par le moyen de découpages discursifs que rassemblent les sens et les effets du sens de la démocratie dans le discours du PT et qui ont conduit les actions du parti dans la décennie de 80 du XXème siècle. Nos analyses montrent l’existence de trois sens principaux de la démocratie dans ce discours: le premier relationne la démocratie avec la plus grande participation du peuple brésilien dans les décisions politiques de l’État; le deuxième associe la nécessité de la démocratie comme condition principale pour le socialisme; et dans le troisième, la démocratie apparaît comme une nouvelle formulation du capitalisme.

Mots-clé: Discours – Sens – Démocratie – Parti du Travailleurs (PT) – Brésil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – NOÇÕES DE LINGUAGEM, SUJEITO E SENTIDO.....	13
1.1 A noção de linguagem.....	13
1.1.1 A noção de linguagem na perspectiva da AD.....	17
1.2 A noção de discurso.....	18
1.3 A noção de sentido.....	23
CAPÍTULO 2 – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO PARTIDO DO TRABALHADORES.....	28
2.1 Surge um novo partido.....	28
2.2 O PT e o núcleo.....	31
2.3 O PT e o Manifesto.....	33
CAPÍTULO 3 – O JOGO DO(S) SENTIDO(S): O DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	39
3.1 Nas malhas do discurso do PT: o dizer sobre democracia.....	39
CONCLUSÃO.....	63

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Pode-se buscar o *sentido* de uma palavra, de um enunciado, a partir do léxico ou de uma organização sintática? É possível. No entanto, esse mecanismo nos dará parcialmente o sentido da palavra ou do enunciado. Isso significa dizer que não a apreenderemos em sua profundidade. Para atingirmos o sentido de uma palavra ou de um enunciado de forma mais profunda é necessário ir além do léxico, da sintaxe, do estritamente lingüístico. É necessário observar em que condições de produção ela foi pronunciada, levando em consideração os fatores sociais, históricos e culturais. Ademais, é necessário também observar o sujeito que a pronunciou e a partir de qual posição.

Assim, pensar o sentido de um discurso considerando o momento histórico no qual foi enunciado ou as condições em que foi produzido, é fazer um deslocamento fundamental, porque passamos de uma via meramente lexical, morfológica ou sintática para uma via mais ampla. Sobre isso nos alerta Orlandi (2003. p. 46) quando diz que “Na análise, não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SN e SV) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (lingüísticos-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante”.

Nessa perspectiva, podemos dizer que fazer um trabalho no campo teórico da Análise do Discurso (doravante, AD) é um desafio constante, pois essa disciplina de entremeio, como a denomina Orlandi (2003), coloca-nos em estado de inquietação em relação ao que estamos analisando, pois já não podemos considerar a apreensão dos sentidos em uma relação imanente dos significantes. Nesse sentido,

a AD nos impele a ver e rever o nosso objeto de estudo, forçando-nos a vê-lo na sua não transparência e na sua não evidência.

O interesse inicial da Análise do Discurso francesa, como se sabe, foi o discurso político, com uma “predileção insistente pelos discursos dos partidos de esquerda francesa” (COURTINE, 2006, p.11). Diversos trabalhos ainda são realizados tendo como objeto o discurso político. Sabe-se que, atualmente¹, AD debruça-se também sobre outras materialidades, obtendo, por sinal, grandes resultados, e promovendo, como consequência, uma reflexão teórica e prática no interior desse campo teórico.

Nesse processo de análise de diversas materialidades, a AD nos ensina que o sentido está sempre aberto. Daí entendermos que o sentido não é dado *a priori* e, por isso, há sempre a possibilidade de deslizamento. Para Pêcheux (2002, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

O discurso sobre democracia pode tomar sentidos outros, dependendo do lugar em que esse discurso seja enunciado e a formação social na qual ele se insere. Somente para exemplificarmos, tomemos a palavra democracia, que normalmente entendemos como sistema político onde todos participam da vida política e social de uma determinada nação. Na Grécia antiga, berço da democracia, apenas os homens livres participavam das decisões da *pólis*, as mulheres, os estrangeiros, ficavam de fora dessas decisões.

Quando o Partido dos Trabalhadores surge em 1980, no meio de uma realidade política conturbada, de opressão, ainda sob o domínio dos militares e sob

¹ Cf. Courtine (2006) para percebermos uma discussão acerca do desafio da AD em relação às novas materialidades que se apresentavam no início da década de 80.

um desejo forte de liberdade de expressão, voto livre e outros direitos por parte da população brasileira, a discussão acerca da democracia parecia premente.

O Partido dos Trabalhadores como representante da classe trabalhadora, surgido depois da reforma partidária, foi um partido que se manifestou a favor de uma forma de democracia em que o povo brasileiro participasse de maneira efetiva para que houvesse uma mudança substancial na realidade brasileira e, conseqüentemente, na vida material dos trabalhadores brasileiros.

A temática da democracia, como veremos no decorrer do nosso trabalho, está presente no discurso do Partido dos Trabalhadores. Mas que sentido de democracia está presente no discurso desse partido? Será que esse sentido se coaduna com o movimento histórico vivido pelo partido, o qual emerge no âmago das contradições do governo militar? O sentido de democracia parece-nos que vai se modificando de acordo com a situação histórico-social da sociedade brasileira. Nos documentos oficiais do PT, podemos vislumbrar um discurso que acompanha essa situação, constituindo um dizer do partido sobre democracia. Um dizer em que se instalam outras vozes, mostrando a heterogeneidade discursiva.

Nesse trabalho, a nossa intenção é investigar, nas malhas do discurso do partido, o sentido de democracia, ou melhor, o(s) sentido(s) de democracia no discurso do referido partido. Para estudarmos o nosso objeto, utilizamos o livro **PARTIDO DOS TRABALHADORES: RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS (1979-1998)**, concentrando-nos, particularmente, nas *resoluções* dos encontros nacionais do referido livro, no período de 1982 a 1989. O nosso *corpus* foi constituído a partir de recorte de trechos do livro que tratavam sobre democracia. Para fundamentar a nossa análise, usamos o referencial teórico-

metodológico da Análise do Discurso, de linha francesa, filiada a Michel Pêcheux. Dezoito recortes discursivos foram analisados no presente trabalho.

Perceberemos, no decorrer da nossa exposição, que o Partido dos Trabalhadores procura marcar um dizer sobre democracia que se diferencia, se distingue de um dizer/outro e que, por isso, não se coaduna com um dizer estabelecido, marcando assim seu posicionamento ideológico de classe. Nesse espaço do seu dizer, como consequência, o PT irá sugerir através do discurso sobre democracia a possibilidade de uma forma de sociabilidade em que haja igualdade e justiça.

Nosso trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, denominado LINGUAGEM, DISCURSO, SENTIDO, procuramos refletir a respeito dessas noções que a Análise de Discurso re-significa, com o intuito de evidenciar a relação necessária entre essas noções e, conseqüentemente, refletimos também sobre outras noções como sujeito, formação discursiva, formação ideológica, ideologia e interdiscurso. No segundo, denominado AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, procuramos mostrar o lugar de enunciação do discurso do PT sobre democracia, para entendermos o funcionamento, o movimento e os efeitos de sentido. No último capítulo, denominado O JOGO DO(S) SENTIDO(S): O DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, dedicamo-nos às análises das seqüências discursivas do nosso *corpus*, concentrando-nos nos recortes discursivos que tratam sobre democracia, tentando verificar as contradições presentes no discurso e os deslizamentos ou derivas dos sentidos. Finalmente, como conclusão, fizemos uma síntese dos resultados aos quais chegamos, no sentido de mostrar os sentidos presentes no discurso do PT sobre democracia.

CAPÍTULO 1

NOÇÕES DE LINGUAGEM, DISCURSO, SENTIDO

A compreensão de noções como linguagem, discurso e sentido, que se relacionam de forma necessária, na perspectiva da Análise do Discurso, com outras noções como sujeito, formação discursiva, formação ideológica, ideologia e interdiscurso, é de fundamental importância para compreendermos e analisarmos o discurso do Partido dos Trabalhadores sobre democracia.

1.1 A noção de linguagem

No livro *Linguagem e Lingüística: uma introdução*, Lyons (1987, p. 3) afirma que “Não é difícil encontrar definições de língua(gem)”. Para comprovar essa assertiva, o autor apresenta e comenta definições acerca da linguagem feitas por diversos lingüistas². Ao ler essas definições, percebemos (o que é importante salientar) que há noções diversas sobre a linguagem e que nesse terreno de discussão não há consenso. Entendemos que isso se deve, por um lado, à complexidade da temática e, por outro lado, à perspectiva adotada por cada pesquisador. É por isso que, dependendo do olhar e da posição teórica, linguagem

² Sapir, Bloch, Trager e outros.

pode ser o que diferencia o homem dos outros animais, ou pode ser compreendida como forma de mediação entre o homem e a sociedade³.

Ferdinand de Saussure expõe sua noção de linguagem no Curso de Lingüística Geral (CLG).⁴

A matéria da Lingüística é constituída inicialmente por *todas as manifestações da linguagem humana*, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão. (grifo nosso) (SAUSSURE, p.13)

Como se observa, nessa citação, Saussure se refere ao objeto da Lingüística: o estudo de todas as manifestações da linguagem humana. No entanto, ao mostrar o objeto de que a Lingüística se ocupava, o lingüista genebrino realiza um recorte e, conseqüentemente, uma observação importante no tocante à linguagem. Ou seja, o lingüista aqui não está vendo a linguagem em uma perspectiva semiológica, que trata a linguagem como todas as formas de comunicação, através de todo e qualquer signo, verbal e não-verbal⁵, mas apenas a linguagem constituída pelo signo lingüístico, conforme Saussure o define, ou seja, “como uma entidade psíquica de duas faces”. Mas adiante Saussure (1995, p. 17) afirma que

a linguagem é multiforme e heteróclita; [...] ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; *não se deixa classificar em*

³ Cavalcante (1999) salienta em seu texto “*A língua sob o olhar da Análise do Discurso*” que “diferentes posições teóricas possibilitam diferentes olhares sobre o mesmo objeto de estudo”.

⁴ Obra importante para afirmação do Estruturalismo Europeu, publicado em 1916, que guarda a peculiaridade de não ter sido escrito pelo próprio Saussure, mas por alguns de seus alunos da Universidade de Genebra.

⁵ É importante lembrar, segundo Barthes (1971, p. 11), que Saussure postulava a existência de uma ciência geral dos signos, ou *Semiologia*, da qual a Lingüística não seria senão uma parte. Prospectivamente, a Semiologia tem por objeto, então, qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: as imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, se não constituem ‘linguagens’, são, pelo menos, sistemas de significação”.

nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (grifo nosso)

O lingüista nos diz, nesse fragmento, que a linguagem “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”. O que significa isso? A nosso ver, Saussure está pensando a linguagem como algo universal, constitutivo do ser, que não se pode medir, nem se pode analisar. É como se Saussure nos dissesse que a linguagem é algo de ordem puramente filosófica, uma questão de caráter ontológico de que não haveria cabimento a lingüística se ocupar.

De fato, Saussure entendia, como podemos notar na citação acima, que “a linguagem pertence ao domínio do individual e social” ou, mais precisamente, “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”(SAUSSURE,1996, p.16). Esse lado individual da linguagem corresponderia à fala enquanto o lado social à língua. Sobre esses dois lados da linguagem, Saussure irá discorrer no capítulo III da introdução do *Curso*. Nesse capítulo, encontramos algumas definições acerca da fala e da língua. Aliás, podemos perceber como o lingüista costura o seu discurso no sentido de mostrar que a língua deve ser de fato o objeto da Lingüística, em razão de sua natureza homogênea, e não a fala, que é de natureza distinta, não-homogênea. É aí que temos, por exemplo, a afirmação de que a fala “é um ato de vontade e inteligência”. E sobre a língua a de que ela “é um sistema de signos que exprime idéias”. Saussure (1996, p. 22) deixará claro que a língua é diferente da fala e que, por isso, é um objeto que pode ser estudado separadamente. E é a esse lado social da linguagem que Saussure dedicará todo o seu estudo, embora reconhecesse a importância de seu lado individual. É nessa linha que podemos entender a afirmação

de Saussure quando diz que a fala e a língua “se implicam mutuamente”. Além disso, ele segue dizendo que “a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça”. (SAUSSURE, 1996, p. 27)

Saussure, como percebemos, refere-se à língua como o lado social da linguagem. O que significa, porém, social na perspectiva saussuriana? Nessa perspectiva, a língua é social porque pode ser compartilhada por todos os falantes de uma determinada comunidade. É importante lembrar que essa noção de social aparece em Saussure, conforme Silva Sobrinho (2007, 38), “enquanto uma força superior que coage os indivíduos”. Nesse sentido, essa noção inspira-se, ainda segundo Silva Sobrinho (*idem*), “na Sociologia positivista durkheimiana que conceituava o fato social como exterior, geral, independente dos indivíduos, gerando uma dicotomia entre social e individual”. Nessa linha de pensamento, Barthes (1971) observa que cedo se colocou a similaridade manifesta entre a Língua saussuriana e a visão durkheimiana da consciência coletiva, independente de suas revelações individuais. Daí a noção de língua, na perspectiva saussuriana, como homogênea, abstrata, sem nenhum conteúdo ideológico.

Essa visão de língua, no entanto, sofreu grandes críticas por parte de Mikhail Bakhtin. Esse filósofo também considera a língua como social. Diferentemente da perspectiva saussuriana, porém, a língua para ele (1992, p. 96) “é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo a ela”. Nesse sentido, numa crítica feroz ao saussurianismo, Bakhtin (*idem*) afirma que “A separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato”. Vista desse modo, a partir do olhar baktiniano, a língua deixa de ser compreendida como homogênea e abstrata e, conseqüentemente, deslocada das relações sociais.

1.1.1 A noção de linguagem na perspectiva da AD

Na perspectiva da Análise de Discurso⁶ de linha francesa, filiada a Michel Pêcheux, diferentemente da perspectiva saussuriana, e próxima da perspectiva baktiniana, a linguagem é compreendida como uma “forma de interação entre o homem e a realidade natural e social”. (ORLANDI, 1998, p. 9)⁷. Nesse sentido, podemos inferir que a linguagem deve ser pensada como uma forma de interação entre homem concreto e o mundo real⁸.

É pelo fato de a AD compreender a linguagem como “uma forma de interação entre o homem e o mundo”, não transparente, realizando-se nas relações humanas concretas, reais, em um processo não mecanicista entre essas duas realidades (homem e mundo) que não podemos compreender o discurso como uma relação automática com a situação. Melhor dizendo, “o discurso não é um reflexo da situação, nem está mecanicamente determinado por ela” (ORLANDI, p. 19).

Quando afirmamos que a AD compreende a linguagem como não transparente, estamos querendo ressaltar um ponto importante quanto à análise de texto, unidade de análise da AD. Compreender a linguagem como transparente é aceitar que podemos responder à indagação. O que este texto quer dizer? como se fosse possível apreender os sentidos na materialidade lingüística. Na perspectiva da AD, essa indagação não se coloca. A questão para ela, segundo Orlandi (2003, p. 17), é como o texto significa. Para o analista do discurso, é importante compreender

⁶ É a essa perspectiva que nos filiamos.

⁷ Segundo Orlandi (1987, p. 11) “Na história da reflexão sobre a linguagem, a AD aparece como uma forma de conhecimento *cisionista*” (grifo do autor). Nesse sentido, é preciso lembrar que a AD é uma forma de conhecimento que faz uma crítica ao objetivismo abstrato, representado pelo estruturalismo saussuriano.

⁸ Estamos entendendo aqui homem concreto no sentido de homens históricos frutos das relações sociais.

a linguagem dessa forma, pois assim estaremos tomando a exterioridade como constitutiva. É dessa forma que o referido analista poderá encontrar as regularidades presentes na linguagem.

1.2 A noção de discurso

Pêcheux (1969, p, 21) afirma que o discurso é “efeito de sentido” entre locutores. A primeira questão que se observa é que essa concepção de discurso se afasta da idéia de discurso como mera transmissão de informação, “pois no funcionamento da linguagem [...] temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 21). Na verdade, isso significa dizer que não há um movimento linear em que um emissor transmite uma mensagem a um receptor por meio de um código comum a ambos, e que o receptor tem o trabalho apenas de decodificar. Há sim um movimento dialético do código entre emissor e receptor⁹, um movimento mediado por um complexo processo histórico-ideológico em que há conflito e debate.

Não se deve, pois, confundir o discurso com simples transmissão de informação, como também não se pode confundir discurso com fala, como se o discurso fosse a realização da língua, como é pensada na perspectiva saussuriana¹⁰.

Sobre a concepção de discurso como efeito de sentido entre locutores, é possível ainda pensar: quem são esses sujeitos que por meio de seu dizer produzem sentidos? O discurso produzido por eles pode se dar fora de um contexto social,

⁹ Mantivemos os termos emissor/receptor, embora saibamos que há uma visão de linguagem que não acorda com tal nomenclatura.

¹⁰ (Cf. capítulo V, segunda parte, p. 142-143 do livro Curso de Lingüística Geral)

econômico, político? O sujeito que diz, que produz discurso é um sujeito ideal, não-histórico, não-social?

O discurso é prática social. Assim, entendemos que somente pode ser produzido por um sujeito histórico-social e que, portanto, ele não pode ser um sujeito ideal, um sujeito não-histórico, não-social. Desse modo, é certo pensar que o sujeito, ao produzir o dizer, o discurso, produz movido por uma ideologia¹¹ e que tudo isso tende a colocar em movimento sentidos vários dependendo da posição de classe desse sujeito e do lugar de produção desse discurso. De fato, esse sujeito não pode ser pensado como um sujeito ideal. Como se ele existisse fora de uma realidade social. A concepção de um sujeito caracterizado pela práxis, como um sujeito de classe, logo um sujeito ideológico, marca profundamente a noção de sujeito na AD.

No texto intitulado *A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso*, Indursky (2000, p. 70) afirma que Pêcheux, já nos seus primeiros trabalhos, mais precisamente nos trabalhos de 1969, elaborou sua primeira noção de sujeito. Segundo a autora, Pêcheux não entende o sujeito como “organismo humano individual”, mas sim como um “lugar determinado na estrutura social”. Dessa forma, conforme a autora, estamos distante do sujeito individual. Portanto, o sujeito para a Análise do Discurso é, desde as primeiras formulações, conforme a pesquisadora, um sujeito social e “não tomado em sua condição lingüística e/ou individual”.

Em 1975, no ensaio intitulado *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectiva*, escrito a quatro mãos por Pêcheux e Fuchs, encontramos a seguinte formulação:

A modalização particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se

¹¹ Mais adiante definiremos ideologia.

dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (PÊCHEUX E FUCHS, p. 166)

Como se vê, Pêcheux introduz nessa citação a *interpelação* como uma característica da ideologia que atua no sentido da reprodução das relações de produção. Por meio dessa interpelação, o sujeito, sem perceber e tendo a sensação “de estar exercendo sua livre vontade”, ocupa um lugar social “em uma ou outra das duas classes sociais” antagônicas de uma determinada formação social. Como podemos perceber, apresenta-se aqui a relação indissociável entre sujeito e ideologia. É nesse sentido que podemos entender que não há sujeito sem ideologia.

Para Indursky (*idem*), há uma inserção, nesse texto de 1975, de um elemento importante na constituição do sujeito. Para a pesquisadora, entra em cena a questão da teoria da subjetividade de linha psicanalítica. A partir de então, segundo ela, “o sujeito da Análise do Discurso não só é social, mas também é dotado de inconsciente”. Dessa forma, o sujeito atua sob a forma de duas ilusões, “pensa ser a fonte de seu dizer e ser responsável pelo que diz”. (ORLANDI, 1988).

Essas ilusões são conhecidas pelos analistas do discurso como esquecimento número um e esquecimento número dois. Segundo Pêcheux (1998, p. 173), o esquecimento número um estaria relacionado com o ‘sistema inconsciente’, também chamado, segundo Orlandi (2003, p. 35), de esquecimento ideológico. É por meio desse esquecimento que temos a ilusão, segundo ainda Orlandi (*idem, ibidem*), “de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” Nessa perspectiva, Zoppi-Fontana (1997, p. 34-35) afirma que

“O sujeito não é mais entendido como origem e fonte do dizer, em absoluto controle estratégico e intencional do sentido de ‘seus’ enunciados; pelo contrário, assume-se a determinação ideológica do sujeito por formações discursivas (doravante FD) que o precedem e excedem, dentro das quais se constituem

diferentes posições de sujeito que permitem ao sujeito sua enunciação”.

. O esquecimento número dois, esquecimento da “ordem da enunciação”, segundo Orlandi (2003, p. 35), compreende o aspecto segundo o qual o sujeito, na escolha de palavras ou expressões, teria a ilusão do controle sobre seu discurso e o sentido de seu dizer. É nessa linha que entendemos Pêcheux (1998, p.173) quando afirma que “Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, [...] formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase”. É importante frisar aqui que essas ilusões não são desvios, defeitos, são, na verdade, segundo Orlandi, (2003, p. 36), “uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos”.

Pêcheux (1988, p. 134) afirma que “O terreno que atingimos (terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade) deve permitir-nos, de agora em diante, fundar, em seu princípio, a *teoria (materialista) dos processos discursivos*”.(grifo do autor) Esse é um ponto que merece nossa atenção, pois aqui Pêcheux vai adicionar um aspecto bastante importante no que respeita às formulações sobre o sujeito. Nesse momento, segundo Indursky (2000, p. 70), tem-se uma articulação entre ideologia e inconsciente. É nesse sentido que podemos compreender Pêcheux (*idem*, p. 133) quando observa que

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com o S maiúsculo – sujeito absoluto e universal –, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro [...], e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan. ‘o inconsciente é o discurso do Outro’, podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições

ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”.

Vemos nessa citação que Pêcheux faz menção à questão da ideologia e do inconsciente. Para o teórico, essa relação deve ser aceita sem, no entanto, confundir-la “no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*”.

A partir do exposto, podemos dizer com Indursky (2000, p. 71) que “o sujeito para Pêcheux, além de social é histórico, por conseguinte, ideológico, e dotado de inconsciente”.

A categoria do sujeito no âmbito da AD vem merecendo atenção por parte dos teóricos da AD. O embate teórico sobre essa categoria centra-se fundamentalmente sobre o assujeitamento total ou não do sujeito, um sujeito sem possibilidade de saída.

No sentido de contribuir para esse debate, Magalhães (2005), no seu artigo intitulado *O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário*, coloca em suspenso a questão do sujeito totalmente assujeitado e sem saída. Na introdução desse texto, após fazer um comentário de um poema, ela faz uma asserção importante: “as determinações sociais e os acontecimentos do inconsciente não impedem a criação do novo”. Essa assertiva vai de encontro à idéia de um sujeito totalmente assujeitado, tanto do ponto de vista psíquico, quanto social.

Essa compreensão do sujeito totalmente assujeitado está ligada à concepção althusseriana de sujeito. Magalhães (op. cit.) alertará ainda na introdução que “A vinculação com a perspectiva althusseriana cria problemas [insolúveis], na medida em que dentro da concepção desse autor há um assujeitamento definitivo do sujeito que impede o estabelecimento do sujeito/autor, isto é, o sujeito capaz de criar o

novo”. O artigo de Magalhães, de fato, discorrerá no sentido de desconstruir ou pelo menos questionar essa visão de sujeito definitivamente assujeitado.

Como já foi aventado acima, não é possível falar em discurso sem automaticamente pensarmos naquele que produz esse discurso: o sujeito. Essa relação é indissociável. Para que haja discurso, portanto, é necessário que haja sujeito. E um sujeito real, fruto das relações sociais concretas do mundo real. Em outras palavras, um sujeito fruto das relações de classe, marcado ideologicamente pela classe que representa e com a qual se identifica.

1.3 A noção de sentido

Esse sujeito que produz discurso, discurso este atravessado por outros discursos, produz também, necessariamente, sentido(s) com seu dizer. O sujeito, quando diz, diz de algum lugar e o sentido que produz com seu discurso reflete esse lugar de onde fala. Pêcheux em *Semântica e Discurso* (1998, p.160) afirma que

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Nessa citação, como se vê, Pêcheux nos alerta que não é possível pensar nas expressões, nas palavras e no sentido que elas produzem sem localizá-las em um determinado espaço social, histórico e econômico na qual elas foram produzidas. Em outras palavras, é fundamental considerar, na perspectiva de Pêcheux, as condições de produção na qual as palavras, expressões foram enunciadas.

Amaral (2003, p, 1) afirma que “o sentido não se define unicamente como ‘significado’ da palavra, nem como uma questão de ‘denotação’, o sentido é efeito do

processo de relação de uma palavra com outras palavras dentro de uma **formação discursiva**". (grifo nosso) Vejamos que a noção de formação discursiva (de agora em diante, FD) é importante para entendermos o processo de produção de sentido. Para Pêcheux (1988, p.160), formação discursiva é "aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)". (grifo do autor)

Para Indursky (2000, p. 71), esse domínio de saber, que representa uma maneira de se vincular com a ideologia em vigor, faz-nos chegar ao funcionamento do sujeito do discurso. Já para Orlandi (2003), a noção de formação discursiva é fundamental na AD, porque possibilita entender a ação continuada de produção dos sentidos, a sua conexão com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

É preciso dizer, ainda em relação à noção de FD, que não se pode entendê-la como um campo de saber fechado em si mesmo. No texto *Análise Automática do Discurso*, de 1969, Pêcheux compreende a FD como uma máquina estrutural fechada, mas, segundo Indursky (cf. Sead II), Pêcheux, nos textos de 1975, levanta a possibilidade da heterogeneidade como constitutiva da FD.

Compreende-se hoje que a heterogeneidade é constitutiva de qualquer FD. Assim, podemos dizer com Maingueneau (1989, p. 112) que "uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros [...], mas como uma realidade 'heterogênea por si mesma'". Assim, poderíamos dizer com Gregolin (2001, p. 60), concebendo a FD não como bloco compacto, mas como heterogênea em si mesma, que "os sentidos nunca se dão em definitivo; existem

sempre aberturas por onde é possível o movimento da contradição, do deslocamento e da polêmica”.

Da mesma forma que não é possível pensar em discurso sem automaticamente pensar naquele que o produz, o sujeito, também não se pode pensar em *sentido*, na perspectiva da AD, sem relacioná-lo à *ideologia*. Se, como afirmamos acima, os sentidos derivam de uma FD que, no discurso, representa uma formação ideológica (doravante FI), é relevante afirmar, concordando com Orlandi (2003), que “os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja”. Orlandi (p, 43) afirma, ainda, que “Tudo que dizemos tem [...] um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele”.¹²

A ideologia, de fato, faz parte da estrutura do discurso no processo de significação. (ORLANDI, 1999). Assim, não há como pensar o(s) sentido(s), produzidos pelos sujeitos, por meio do discurso, sem relacioná-los à ideologia que o constitui. Pode-se dizer, desse modo, que é a ideologia que faz o discurso ter sentido, seja ele um discurso da classe dominante, seja ele um discurso da classe dominada.

É possível perceber, assim, que a categoria da ideologia é fundante para a AD. É através dela que podemos compreender toda a discussão em torno do sujeito, do discurso e do sentido. Na AD essa categoria ganha um lugar diferente daquele a que estamos habituados. Isso significa dizer que a ideologia, na perspectiva da AD,

¹² Orlandi (1990) afirma que a “ideologia tem [...] uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade”.

não se caracteriza como falsa consciência¹³, nem tem sentido de ocultação, mas como construção de efeito de evidência, “função da relação necessária entre linguagem e mundo”. (ORLANDI, 2003).

Para Orlandi (2003), “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. Sendo assim, o sentido, que é constituído dentro de uma formação discursiva, é também constituído pela ideologia.

Portanto, como se vê, a noção de ideologia é de fundamental importância para compreendermos os discursos e a produção de sentidos dentro de uma formação discursiva.

Uma outra noção tomada pela AD igualmente relevante para entendermos o processo de constituição dos sentidos é o *Interdiscurso*. Em “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, podemos encontrar uma primeira definição do conceito de interdiscurso. Pêcheux (1988, p. 162) define interdiscurso como “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”. Mais adiante, Pêcheux (idem) afirma que

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas

Como se vê, há uma relação entre formação discursiva e interdiscurso. Podemos ver que a função da FD é “dissimular, na transparência dos sentidos, a objetividade material contraditória do interdiscurso”. Esse interdiscurso que a FD procura dissimular é explicitamente definido como aquilo ‘que fala antes, em outro

¹³ Vaisman (1989, p. 402), no seu livro “A ideologia e a determinação ontológica”, observa que a idéia que se tem da ideologia como falsa consciência foi tomada como a que expressaria, de forma mais precisa, a perspectiva de Marx, com raras exceções, como é o caso de Antônio Gramsci.

lugar e independentemente'. E o que fala antes são os dizeres que, na sua ausência, constituem o dito que se presentifica no discurso. Nesse caso, o interdiscurso autoriza-nos a olhar qualquer FD não como um lugar de saber fechado em si mesmo, mas como um lugar de saber constitutivamente heterogêneo.

O interdiscurso, o já existente que se embrenha em uma formação discursiva, representando no dizer as formações ideológicas, faz-nos perceber que os sentidos não são dados *a priori*, isto é, eles já estão lá; no entanto, são re-significados, em razão do momento histórico-social que os determina. É nessa perspectiva que entendemos as palavras de Orlandi (2003, p. 33) quando observa que “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”.

Com essas considerações elaboradas acerca de noções de linguagem, discurso e sentido que perpassaram, conseqüentemente, outras noções como sujeito, formação discursiva, formação ideológica, ideologia e interdiscurso, pretendemos explicitar o lugar teórico de onde partimos para a análise do discurso do PT. No segundo capítulo, direcionamos a nossa reflexão para as condições de produção de discurso do partido dos trabalhadores.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A compreensão das questões relacionadas com o sentido de democracia no discurso do Partido dos Trabalhadores requer, entre outras coisas, que se tenha uma visão das condições de produção do discurso do referido partido. Em relação à categoria condições de produção, deve-se levar em consideração não apenas o contexto, restrito, mais imediato, ou seja, a situação de enunciação, de interlocução, mas também as condições amplas como o contexto sócio-histórico. No presente capítulo, concentramo-nos fundamentalmente nas condições de produção amplas do discurso do Partido dos Trabalhadores. A partir dessa leitura, poderemos vislumbrar com mais fecundidade as análises postas no terceiro capítulo.

2.1 Surge um novo partido

Quando o Partido dos Trabalhadores surge, o Brasil estava sendo governado pelo presidente João Batista Figueiredo, que reafirmou o compromisso de dar continuidade ao processo de liberalização política, iniciada pelo presidente Geisel¹⁴, a quem sucedeu. Em 1979, dia da posse, em plena greve dos metalúrgicos

¹⁴ Segundo SOARES et al. (1995, p. 11), Geisel foi o “principal responsável pelo projeto da abertura e por sua execução”.

do ABC, Figueiredo¹⁵, segundo Skidmore (1988), afirma esse compromisso: 'Reafirmo os compromissos da Revolução de 1964 de assegurar uma sociedade livre e democrática'. E de forma enfática, Figueiredo, segundo o autor, reafirma o seu propósito: 'Reafirmo meu inabalável propósito (...) de fazer deste país uma democracia'. Podemos perceber no dizer de João Figueiredo, por meio do verbo **assegurar** e da expressão **de fazer**, certo caráter autoritário. Desse modo, marca-se objetivamente o lugar ideológico ocupado por esse sujeito.

Com o propósito de fazer do Brasil uma democracia, Figueiredo coloca em pauta a questão da anistia, vista como prioridade pelo seu governo. Segundo Skidmore (op. cit.), "Embora os problemas econômicos fossem urgentes, uma das primeiras e mais importantes decisões de Figueiredo foi política". E essa decisão política que dizia respeito à anistia sugeria que o governo Figueiredo estaria interessado em abandonar o regime autoritário com vistas à democratização do país¹⁶. Segundo ainda Skidmore (1988), "A anistia foi um poderoso tônico na atmosfera política, dando imediato reforço à popularidade do presidente. Mostrava também que Figueiredo confiava que podia resistir às objeções da linha dura¹⁷ por ter permitido o reingresso na política de tantos 'subversivos'".

Figueiredo depara-se, em 1979, com grandes movimentos grevistas que tinham como objetivo, segundo Antunes (1985), "contrapor-se à política econômica [greve e arrocho salarial]¹⁸ do regime militar", e também, de certo modo, contrapor-

¹⁵ Figueiredo exerce o poder de março de 1979 a março de 1985.

¹⁶ Na verdade, segundo Sader (1995, p.142), "Pressionado pela ampla mobilização popular a favor de uma anistia geral e irrestrita, ele foi obrigado a incluí-la em seu pacote que buscava dar continuidade à abertura política iniciada pelo general Geisel"

¹⁷ Como se sabe, havia certa divergência interna entre os militares quanto a questão da anistia. Nesse sentido, Soares et al. (1995, p. 11), afirmam que "A anistia [...] é um dos temas mais censurados pela 'linha dura'".

¹⁸ É importante lembrar ainda que, segundo Habert (1992, p. 62), "O ano de 1979 assistiu à generalização do movimento grevista por praticamente todos os estados do País envolvendo milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Além de metalúrgicos, pararam motoristas e cobradores de

se ao modelo de abertura proclamado pelos militares castelistas¹⁹. Skidmore (1988), observa no período de janeiro a outubro de 1979 a existência de mais de 400 greves. O Partido dos Trabalhadores emerge entranhado nessa ebulição contra a política econômica e contra a marginalização da classe trabalhadora no tocante à participação política.

A reforma partidária, que representa, de certo modo, essa situação de crise na qual vive o país, é um dado interessante na história do sistema político brasileiro. No período do governo militar do presidente Figueiredo, havia um sistema bipartidário. Ou seja, havia apenas a Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Esse sistema partidário, na verdade, não agradava ao atual governo militar, já que a esquerda, inserida naquele momento no MDB, único partido legal de oposição, levava certa vantagem²⁰. Daí a necessidade da dissolução de tal sistema. E um dos objetivos dos estrategistas do governo Figueiredo era acabar com essa vantagem da esquerda, a fim de manter o poder. Melhor dizendo, com a dissolução do bipartidarismo “o governo manteria [...] o controle seja pela divisão de votos da oposição ou pela formação de uma coalizão com os elementos mais conservadores do partido adversário. Acima de tudo, o governo tinha que romper a unidade oposicionista”. (SKIDMORE, 1998, p. 427)

O objetivo do governo foi atingido. No final de 1979, tinha-se formado os novos partidos. A ARENA transforma-se no PDS (Partido Democrático Social) e o

ônibus, professores, funcionários públicos, lixeiros, médicos e enfermeiros, jornalistas, trabalhadores da construção civil, mineiros, bancários, canavieiros etc.”

¹⁹ É importante frisar que existiam dois segmentos do poder militar: os militares que representavam a “linha dura” e os militares que integravam os “castelistas”, do qual fazia parte o general Geisel, que propôs a abertura política “lenta, gradual e segura”.

²⁰ Conforme Sader (1995, p. 138), “o Movimento Democrático Brasileiro abrigava desde políticos remanescentes da oposição durante o primeiro período do governo militar, até outros que, por divergências posteriores se distanciaram dos governos da ditadura; estavam no MDB, também, setores sobreviventes da esquerda mais combativa, que inclusive haviam participado da luta armada nos anos 60. Movimentos sociais, como, por exemplo, o sindical, igualmente se faziam representar no MDB, na medida em que o único espaço de luta política restante era o institucional, embora as lutas sociais se dessem num campo ilegal ou semilegal”.

MDB transforma-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Dessa reforma partidária, emergem outros partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB²¹, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, o Partido Popular – PP e o Partido dos Trabalhadores – PT. Na verdade, a idéia do PT, é lançada em fins de 1978, segundo Meneguello (1989). Mas é somente a partir dessa Reforma Partidária, a qual estabeleceu, conforme Meneguello (op. cit.), “o retorno ao pluralismo partidário, mas sob um espaço formal limitado, [...], impôs rígidas alterações para a organização dos partidos”, que o PT irá surgir oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, no colégio de Sion, de São Paulo.

O surgimento do PT, que ocorre no seio das transformações acima citadas, é fruto de uma necessidade objetiva, percebida por alguns sindicalistas que entendiam que os trabalhadores precisavam de um partido que os representasse verdadeiramente. Segundo Skidmore (1988, p. 430) Lula, sindicalista que liderou e lutou pela formação do referido partido, afirmava que “os trabalhadores jamais poderiam conquistar influência política enquanto não tivessem um partido que falasse *exclusivamente* por eles”. (grifo do autor)

A luta pela construção desse partido, com a nova lei eleitoral, exigiu de seus ideólogos um grande esforço. Essa nova lei, por exemplo, exigia que os partidos tivessem em cada Estado do país um candidato para governador. O PT, que tem em São Paulo seu lugar de origem, conseguiu cumprir com essa exigência.

2.2 O PT e o núcleo

O partido luta para crescer e ter visibilidade. Sua preocupação de fato é organizar-se tanto teórica como tecnicamente para combater os seus adversários. A

²¹ Essa sigla foi motivo de disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Depois da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, Ivete Vargas fica com a sigla.

formação de núcleos, de certo modo, responde a essa necessidade de crescimento, de visibilidade, de melhor organização, de consolidação como partido de massa e como forma de distinguir-se dos partidos tradicionais. O recorte²² da resolução **Teses para a atuação do PT de 1984** explicita essa meta:

(01) O núcleo de base do PT dever ser entendido como base fundamental do Partido. Sem ele, o PT poderá sobreviver como partido legal, mas não se consolidará como partido **de massas que queremos**. Sem ele, **o PT pouco difere dos partidos tradicionais**. (p. 144, grifo nosso)

Nesse recorte, é interessante observarmos a necessidade de o partido constituir-se como partido de massas. Para isso, o núcleo é fundamental. Ademais, sem o núcleo o partido **pouco** diferiria dos partidos tradicionais.

Para Gadotti e Pereira (1989, p. 134), “o PT é um partido democrático que se desenvolveu desde suas origens respeitando as decisões das bases. Trata-se de uma democracia interna assegurada pela existência dos núcleos (...)”. Com base nisso, podemos inferir que o núcleo, na estrutura orgânica do partido, possui uma importância ímpar, pois ele possibilita a ligação com as bases e estabelece a democracia interna do partido e, assim, o distingue efetivamente em relação aos partidos tradicionais. É o núcleo, de fato, segundo os autores (idem), que assegura a democracia interna do PT.

Algumas características marcam a existência do núcleo. Ele é classificado por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho e de estudo e por movimentos sociais. Seja qual for o tipo, os núcleos deverão ter no mínimo 1/3 dos membros e suplentes do Diretório, não podendo ser inferior a 9. Cada núcleo

²² No sentido dado ao termo por Orlandi (1987, p. 139). Para a autora “recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação.”

deverá possuir um coordenador, um secretário e um tesoureiro e deverá se reunir uma vez por mês. 50% mais um de seus membros deve ser o quorum para as reuniões dos núcleos. Todas as reuniões deverão ser registradas em ata, com as assinaturas dos membros participantes. No mínimo, dessa ata deve constar a lista dos presentes, propostas apresentadas, respectivas votações, data, local e horário. Esses seriam, de algum modo, aspectos essenciais de qualquer núcleo do PT. Portanto,

(02) É a partir dos núcleos que o Partido, dentro do contexto da classe trabalhadora, procura construir a política dos trabalhadores em geral, na diversidade de suas condições sociais, nos locais de trabalho, de moradia e de estudo, bem como nos movimentos sociais e populares (Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores, p. 157)

A democracia interna será consolidada através da diversidade de participação consolidada pelos núcleos, que significa a ampliação da participação na tomada de decisões do partido, diferentemente dos partidos tradicionais de esquerda.

2.3 O PT e o Manifesto

No documento denominado Manifesto²³, podemos ver afirmações sobre o nascimento do partido como, por exemplo,

1. o Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida de milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-lo;
2. ele nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados;

²³ Com esse documento de 1980, oficializa-se a fundação do Partido dos Trabalhadores. Mas há outros documentos desse período de fundação como, por exemplo, o Programa do partido e o Estatuto do partido.

3. O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política.

O que é interessante observar é que no discurso do Manifesto, que inscreve o partido oficialmente no cenário político brasileiro, o PT mostra-se como um representante de uma maioria que almeja transformar o país. Daí o sentido das expressões o “Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida **de milhões de brasileiros**”, “nasce da decisão **dos explorados**”, sem especificar exatamente a que tipo de explorados ele se refere e, ainda, “O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política **dos trabalhadores**”. Podemos ver, assim, como esse dizer vai qualificando como uma escala. Ou seja, **milhões de brasileiros** → **explorados** → **trabalhadores**.

O que se vê aqui é o PT marcando o seu lugar de nascimento no sentido de mostrar que não nasce da necessidade dos donos do poder, nem nasce da vontade da classe dominante – minoria da sociedade brasileira. Tem-se, então, um partido que se quer singular no cenário político e que quer representar verdadeiramente os trabalhadores, diferentemente dos partidos “**comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política**”. É assim que podemos entender a fala de Lula quando afirma que o

(03) Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira. (Do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª convenção nacional do Partido dos Trabalhadores em 1981.)

Ou quando afirma que

(04) O Partido dos Trabalhadores é **uma inovação histórica** neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que **nasce do impulso dos movimentos de massas**, que nasce **das greves e das lutas populares** em todo o Brasil. É um partido que **nasce da consciência** que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar **aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.** (grifo nosso) (Do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª convenção nacional do Partido dos Trabalhadores em 1981.)

Vejamos que no recorte (03) o PT é uma inovação histórica no país, na vida política e na **história da esquerda brasileira também**. Ao formular o discurso dessa forma, Lula produz o sentido de que **nunca** houve um partido como o PT no Brasil, colocando-o, assim, como um partido diferenciado até mesmo no seio da esquerda brasileira. Além disso, é possível perceber uma forte explicitação da luta de classe. Evidencia-se isso quando ele expressa que o partido “**nasce do impulso dos movimentos de massa**” e que surge “**das greves e das lutas populares**”. Essa constatação da luta de classe no dizer de Lula remete-nos a Pêcheux (1988, p. 191), que expressa que “as ‘idéias científicas’, as concepções gerais e particulares [...] historicamente apontáveis para cada época dada [...] não estão separadas da história (da luta de classes)”. Com base nisso, podemos dizer que não é possível pensar um discurso sem levar em conta a luta de classe, já que ela permeia qualquer dizer.

A idéia mesmo de um partido político que representasse os interesse da classe trabalhadora vem à tona quando os sindicalistas percebem que as suas

conquistas imediatas objetivas como aumento de salário, diminuição da hora de trabalho, etc, poderiam ser revogadas no parlamento, caso não tivessem um verdadeiro partido que representasse os seus interesses. A percepção dessa realidade é que leva os componentes do novo sindicalismo a lutarem por uma força política partidária realmente comprometida com os interesses dos trabalhadores e não com os interesses da classe dominante²⁴.

A ligação do Partido dos Trabalhadores com o sindicalismo foi fruto de grandes debates. Essa ligação com o sindicalismo não significa dizer que o PT é um partido apenas de sindicatos. Na verdade, conforme Maneguello (1989, p. 56) “Os debates em torno dos primeiros documentos do PT [...] deixavam claro que iria se conformar um partido amplo, fundado na condição social de todos os assalariados²⁵ do país, e não apenas um partido de sindicatos”. De fato, o movimento sindical é o *locus* de nascimento do PT, mas não define esse partido por completo.

A partir do exposto, é possível perceber que desde os primeiros anos de existência, o PT procurou se colocar como representante da classe trabalhadora, como um partido de esquerda, de massa, contra a burguesia e como um partido democrático.

A conquista por uma nova forma de democracia torna-se indispensável para os movimentos sociais como também para os partidos de esquerda. No caso do PT, isso não é diferente. Podemos dizer que o PT dos anos 80 caracteriza-se por se expressar discursivamente como um partido que defende radicalmente uma nova forma de democracia.

²⁴ Segundo Weffort (1988, p. 284), “A contribuição do PT à democracia política no Brasil [...] é precisamente tentar organizar de modo independente um setor importante dos trabalhadores brasileiros que, até então, serviam de massa de manobras, precisamente de interesses populistas”.

²⁵ Como é possível perceber, os não-assalariados, como os trabalhadores informais, os desempregados, empregadas domésticas, etc, ficam de fora.

De 1964 a 1985, o Estado brasileiro fica sob o poder dos militares. Os direitos civis e a liberdade de expressão eram silenciados²⁶ pelo poder opressor dos militares. As condições de vida material do povo brasileiro não mudavam e a tensão entre capital e trabalho se tornava cada vez mais evidente.

Na primeira metade da década de oitenta, o discurso sobre democracia não era um privilégio dos movimentos de esquerda nem tampouco do PT. Isso porque os representantes do regime ditatorial também mantinham um discurso sobre democracia.

Esse discurso, no entanto, não era comungado pelos movimentos sociais e partidos de esquerda. Na perspectiva do PT, essa democracia proclamada pelos militares não correspondia e não respondia aos interesses dos trabalhadores brasileiros. Conseqüentemente, o PT propõe uma nova forma de democracia que poderia mudar a situação do povo brasileiro e especialmente do trabalhador.

O início da década de oitenta foi marcada por uma luta intensa da sociedade brasileira por eleições livres e diretas – uma das objetivações democráticas – tendo como representantes dessa luta os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda. O PT, fortemente enraizado nessa luta, procura estabelecer a sua concepção de democracia. Essa concepção é colocada textualmente nos encontros nacionais do partido, mais especificamente em suas resoluções aprovadas nesses encontros. É o que podemos notar no recorte a seguir:

²⁶ Na perspectiva da AD, isso poderia ser denominado de silenciamento. Conforme Orlandi (1992), o silenciamento ou política do silêncio possui duas formas de existência ligadas: o silêncio constitutivo e o silêncio local. A política do silêncio, segundo a referida autora, “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.” É importante salientar que silêncio não se confunde com silenciamento. Ou seja, de acordo com Orlandi (idem, p. 44), há uma diferença de cunho teórico entre silêncio e silenciamento. O silêncio é “elemento constitutivo da significação e sem ele não “há significação”. Assim, para Orlandi, o silêncio não se coloca de forma negativa em “relação a linguagem (o que ele *não* é) mas em sua relação *constitutiva* com a significação (o que ele *é*)”. Já a política do silêncio “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (ORLANDI, idem, p. 75)

(05) À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a **participação popular** organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembléias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre. (Resolução Plataforma Eleitoral Nacional: Trabalho, Terra e Liberdade de 1982).

Como podemos perceber, o PT, estando no poder, assumindo o executivo, tem como objetivo “**criar condições para a participação popular**”. Para viabilizar tal objetivo o partido pretende usar o expediente dos “**plebiscitos, assembléias populares, etc**”. O que importa notar aqui é o sentido de democracia do partido, que está vinculado à idéia de participação do povo na vida política e administrativa da nação. No próximo capítulo, aprofundaremos essa noção de democracia presente no discurso do PT.

CAPÍTULO 3

O JOGO DO (S) SENTIDO(S): O DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

3.1 Nas malhas do discurso do PT: o dizer sobre democracia

No segundo encontro nacional do PT, de 1982, foram aprovadas duas resoluções. A primeira denominada **Plataforma eleitoral nacional ‘Trabalho, Terra e Liberdade’** e a segunda denominada **Carta eleitoral do PT**. Na primeira resolução, podemos ver como o PT está sintonizado com os problemas dos trabalhadores da Polônia:

(06) O PT apóia a luta dos trabalhadores de todo o mundo. Cumpre ressaltar, neste momento, a luta dos trabalhadores da Polônia pelo **aprofundamento do socialismo e pela democratização** dos processos de decisão naquele país.

Nesse recorte da primeira resolução de 1982, percebemos o enfoque dado pelo PT no que respeita à questão do socialismo. Como se percebe, também, o partido procura ficar unido às lutas de todos os trabalhadores e o tema da democracia já aparece, nesse discurso, sugerida pela palavra **democratização**, apontando para o espaço político, isto é, democratização dos processos de decisão do poder e o aumento do número de participação nos processos de decisão.

A preocupação com uma forma específica de socialismo está presente no discurso do PT. Curiosamente essa nova forma de socialismo está sempre ligada à idéia de democracia. É freqüente no discurso desse partido essa relação. Na verdade, não seria possível pensar em socialismo, na perspectiva do PT, sem pensar em democracia. No recorte a seguir, porém, o discurso volta-se mais para a questão do socialismo.

(07) As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam **pela democracia e pelo socialismo** não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. **Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia** e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos. (Resolução Plataforma Eleitoral Nacional: Trabalho, Terra e Liberdade, p. 126)

Nesse recorte, fica exposto que o partido não pretende copiar uma forma de socialismo. Ele critica aqui uma forma de socialismo que se efetiva por meio de decretos e não um socialismo que se efetiva mediado pelos trabalhadores. Além disso, fica dito nesse recorte que tipo de socialismo não possibilita a emancipação dos trabalhadores e dos oprimidos.

O que vale ressaltar é que aparecem lado a lado a luta “**pela democracia e pelo socialismo**”. A aditiva que associa esses dois termos produz uma ambigüidade:

_ luta-se pela democracia dentro do socialismo?

_luta-se pelo socialismo com democracia?

_luta-se pela democracia e pelo socialismo – coisas diferentes?

Na verdade, essa ambigüidade permanecerá nesse momento da vida do PT. Para Coutinho (1992, p. 13-14),

apesar dos progressos teóricos-programáticos realizados a partir de 1980, expressos sobretudo nas resoluções políticas do V Encontro Nacional (dezembro de 1987) – **permanecem ainda algumas ambigüidades na definição das noções de democracia e socialismo e na proposta para articulá-las**. Talvez ainda mais do que nos documentos partidários, essas ambigüidades estão presentes no imaginário de grande número de militantes do Partido. (grifo nosso)

Esse problema posto pelo PT em relação ao socialismo no seu discurso é importante para a nossa análise em relação à democracia, porque o PT mostrará²⁷ que somente por meio da democracia um país pode sonhar com um socialismo em que as liberdades e os direitos individuais sejam efetivamente respeitados.

Na sua trajetória, o PT nunca deixou de pensar no parlamento como uma via necessária para os trabalhadores no sentido de viabilizar mecanismos de conquistas como aumento de salário, mais proteção ao trabalhador no campo e na cidade, etc. A bem da verdade, o nascimento desse partido tem como objetivo mesmo conquistar o poder do Estado para fazer com que a voz do trabalhador oprimido seja escutada. É nesse sentido que podemos entender o enunciado: “a participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de apoio para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais”²⁸. A questão da democracia surge como um elemento para a conquista desse poder. Um poder em que todos

²⁷ Tentaremos demonstrar isso mais adiante, pois nesse momento o partido coloca apenas o problema.

²⁸ Trecho da resolução Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores – 1982.

possam participar efetivamente. Para isso ser possível, é primordial, na perspectiva do PT, mudar o Estado e mudar a sociedade.

(08) Somente quando os trabalhadores estiverem organizados politicamente em torno de seu partido e de uma nova proposta de poder e do exercício democrático do governo é que será possível mudar a natureza e o caráter do Estado e, com ele, a própria sociedade. (Resolução Teses para a atuação do PT, p.148)

Nesse recorte, o PT afirma que é possível mudar o Estado, mais precisamente a sua natureza e o seu caráter. Para isso, no entanto, é necessário que os trabalhadores se **organizem politicamente** ao redor de “**seu partido e de uma nova proposta de poder e do exercício democrático do governo**”. Na verdade, isso é uma condição necessária, pois só assim será possível mudar a natureza do Estado. Temos, dessa forma, dito, também, que essa organização não tem como fim extinguir o Estado²⁹, mas apenas modificá-lo.

Assim, podemos constatar que o discurso como diz Pêcheux (1969, p. 77) “se conjuga sempre sobre um discurso prévio”, produzindo sempre efeitos de sentido. O PT entende, então, que é possível modificar o Estado, desde que os trabalhadores estejam unidos/organizados politicamente em “**torno de seu partido**”. A missão, pois, é da classe trabalhadora, cabe a ela modificar essa realidade através da política.

No entanto, conforme Marx e Engels (1999, p. 12), “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”. Essa é a natureza e o caráter do Estado: **gerenciar os assuntos**

²⁹ Para desenvolver esse tema, ver o artigo intitulado “Do conceito de sociedade civil”, de Ivo Tonet, em que podemos perceber a distinta concepção acerca do Estado entre os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau.

para a burguesia. Como seria então a outra natureza do Estado? Deixaria o Estado de gerenciar os interesses da burguesia?

Teríamos, de fato, na perspectiva desse discurso, a possibilidade de uma revolução política realizada pelos trabalhadores. Essa revolução (mudança da natureza do Estado), no entanto, segundo Marx (1995, p.7), não afetaria as relações antagônicas existentes entre as classes sociais, caso não houvesse uma "revolução política com alma social"

Com base no que diz Marx e Engels sobre o Estado, podemos dizer que o PT estabelece em seu discurso um conflito. Ora, o PT propõe-se, como partido de esquerda, a construir um novo poder, "baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho"³⁰, a fim de eliminar as relações de trabalho de exploração mudando assim "**a própria sociedade**". Mas como se daria isso, se não pela eliminação do Estado? Apenas modificá-lo não significaria efetivamente acabar com sua natureza, que é dirigir os interesses da burguesia. Para estabelecer uma nova forma de sociabilidade, portanto, seria necessário começar pela eliminação do Estado, instrumento principal de reprodução do capital, como diz Tonet (2005). O PT assume, de fato, nesse discurso, a sua opção ideológica pela não eliminação do Estado, mas sim pela sua modificação.

Na verdade, essa visão do PT sobre o Estado está em sintonia com um movimento amplo da esquerda, a qual estava com o olhar direcionado à reformulação de conceitos tais como sociedade civil, democracia e Estado. Para Tonet (2004, p. 130-131),

A reformulação começou pelo exame dos conceitos de Estado, sociedade civil e democracia. Partia-se da constatação de que após a segunda metade do séc. XIX, o Estado tinha se ampliado de tal forma

³⁰ Da Resolução Plataforma eleitoral nacional: trabalho, terra e liberdade.

que já não correspondia ao conceito estreito que dele tinham Marx e Engels. Para estes, o Estado seria um simples ‘comitê executivo da burguesia’ e seu principal instrumento de atuação seria a coerção. Com a complexificação da sociedade, teriam surgido muitos organismos que se interpunham entre o Estado e o sistema produtivo. Deste modo, a governabilidade dependia muito mais do consenso do que da coerção. Esta não seria inteiramente abandonada, mas a obtenção da hegemonia por via do consenso seria o principal investimento de qualquer classe ou grupo de classes que quisesse liderar o processo social. Neste processo **o Estado teria sofrido uma alteração na sua natureza**, o que também alteraria a estratégia revolucionária. (grifo nosso)

No que respeita à questão da economia, que é o pilar de todo Estado burguês, o PT compreende, naquele momento histórico, que a luta econômica é **“cada vez mais uma luta de caráter político”**. Compreendendo assim, entendemos que o PT possibilita a interpretação de seu discurso, no sentido de apontar para o deslocamento da centralidade do trabalho à centralidade da política³¹. No recorte que analisaremos a seguir, veremos como o PT começa a construir o sentido em que privilegia a conquista da democracia para uma efetiva modificação de uma ordem econômica em vigor.

(09) Nas condições de crise em que o Brasil vive, hoje, a luta econômica dos trabalhadores é cada vez mais uma luta de caráter político. Do ponto de vista dos trabalhadores, as saídas possíveis para a situação econômica atual passam, necessariamente, pelo fim do regime atual e pela conquista da democracia, que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. (Resolução

³¹ Segundo Tonet (2005, p. 96), “O trajeto deste deslocamento [...] começou na segunda metade do século XIX, com a Social-Democracia alemã. Por circunstâncias muito conhecidas (intenso desenvolvimento das forças produtivas, conquistas econômicas e políticas significativas obtidas pela classe trabalhadora), a Social-Democracia alemã abandonou a idéia de uma mudança revolucionária do capitalismo, substituindo-a pela de reforma gradativa. O processo de passagem de uma perspectiva revolucionária para uma reformista foi longo, complexo e extremamente tumultuado”. Esse deslocamento se efetiva quando a luta social não é posta mais na “fabrica – aqui entendida como o local da produção material –”, segundo Tonet (idem) mas sim no parlamento. A alteração desta relação, conforme ainda Tonet (idem), “é que constitui o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política”.

Teses para a atuação do PT, p.149 – 3º encontro nacional
- 1984)

Esse recorte deixa inicialmente entrever, como é possível perceber, um deslocamento da luta econômica para a luta política. No prosseguimento da seqüência, podemos vislumbrar como se daria esse deslocamento, ou seja, na perspectiva desse discurso, “as saídas possíveis para a situação econômica atual passam, **necessariamente**, pelo fim do regime atual e ”**pela conquista da democracia**”. A modalização através do advérbio **necessariamente** estabelece no discurso um tom de condição essencial.

Para Pêcheux (1969, p. 79), “é impossível *analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, sendo necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (grifo do autor). Nesse sentido, é preciso lembrar que o Brasil vive em uma recessão profunda de 1981 a 1983. Segundo Skidmore (1988, p. 487), essa recessão foi “a pior do Brasil desde a Grande Depressão”. Essa crise se estendeu até 1984 [daí o sentido do advérbio de tempo “**hoje**” no início da seqüência **(09)**], embora tenha havido algumas modificações, como acontece com o PIB. Segundo o autor (idem, p. 488), “o PIB recuperara-se atingindo respeitáveis 4,5 por cento em 1984”. Mas na perspectiva do PT, como é sugerida na materialidade discursiva, a economia não anda bem: arrocho salarial, desemprego, etc. Daí a urgência do PT em solucionar essa crise. E para solucionar essa crise é importante, na perspectiva do PT, pôr fim ao regime atual³² e **conquistar a democracia**.

Como já foi dito, há um deslocamento da centralidade do trabalho à centralidade da política, que é dada pelo funcionamento discursivo, a partir da

³² O PT está se referindo ao regime militar.

presentificação feita no discurso pela utilização do léxico **atual**. Tanto a situação econômica é a **atual**, como é necessário o fim do “**regime atual**”. Assim, o discurso cria uma relação direta entre o regime atual e a situação econômica.

No entanto, é necessário para apreender melhor a posição do PT, ressaltar que esse deslocamento é justificado a partir de um momento conjuntural. O efeito discursivo é de que na **atual** circunstância a maior participação no poder é fundamental, no entanto, isso pode se modificar em outros momentos. Naquele momento, as saídas “passam” pelo político.

Podemos perceber aqui que a mudança no estado da economia brasileira somente é possível via **democracia** ou, como está dito na materialidade discursiva, pela “**conquista da democracia**”. Percebemos aqui a posição do sujeito do ponto de vista ideológico. Ou seja, para o lugar do sujeito do discurso, as questões da economia não poderiam ser solucionadas sem a democracia, naquele momento. E como está dito no intradiscurso³³, é **necessário** tal mediação.

Embora as objetivações democráticas, como a luta por eleições diretas e livres, alternância no poder, tenham sido uma forte bandeira dos movimentos e partidos de esquerda da década de oitenta, a luta contra o capitalismo era o que de fato norteava os movimentos de esquerda. As formas de lutar ou as formas de destruí-lo podiam variar de um movimento a outro. No caso do PT, como poderemos confirmar posteriormente, a luta contra o capital poderia se dar via parlamento ou mais precisamente via democracia. Conquistando a democracia, **uma democracia para todos** e não para uma minoria, o PT acredita efetivamente iniciar um processo que culminaria na extinção do sistema capitalista no país, sistema esse que tem como fim primeiro e último o lucro.

³³ Para Courtine (2006, p. 70) é “o fio horizontal de um discurso”. Para Orlandi (2003, p. 33) é “o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas”.

Quando fala sobre democracia mais claramente, ou seja, quando expõe o tipo de democracia que interessa aos trabalhadores, o discurso do PT produz efeito mais notável.

(10) A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. (Resolução Teses para a atuação do PT, p.153 – 3º encontro nacional - 1984)

Nesse recorte, podemos perceber um dizer que afirma que há um tipo de democracia que se esgota nas instituições. Essa forma de democracia não **interessa aos trabalhadores**. Somos autorizados a dizer isso com base no advérbio de negação³⁴, elemento lingüístico que instala no discurso a heterogeneidade discursiva. Temos então nesse recorte outra voz, outro discurso que se opõe ao dizer do PT que acredita numa forma de democracia que **“se articula com formas diretas e massivas de participação popular”**. Mas se prestarmos mais atenção a esse recorte, tentando ir mais a fundo na análise, veremos que o PT não descarta essa voz que diz que há uma forma de democracia que se esgota nas instituições. Na verdade, o PT absorve esse dizer, aceita esse tipo de democracia que se fecha na instituição, mas se esse tipo de democracia estiver articulado com a participação do povo de maneira direta. De fato, na informação de que a democracia que interessa aos trabalhadores ultrapassa a instituição e na informação de que isso se efetiva mediante a participação do povo, está, na verdade, sugerida a articulação entre a democracia representativa e a democracia direta³⁵.

³⁴ Sobre essa questão da negação conferir os trabalhos de Maingueneau, 1989 e Indursky, 1997.

³⁵ Segundo Bobbio (1989, p. 44), “A expressão ‘democracia representativa’ significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta

A luta por uma forma de democracia, seja ela representativa ou direta, afirma, de certo modo, a ideologia de manutenção do Estado capitalista, como já vimos anteriormente. Nesse discurso, vimos que o PT procura articular essas duas formas de democracia. Podemos inferir, então, que o PT percebe a importância da democracia representativa, embora produza um discurso evidenciando que a democracia exercida de forma direta é a forma que possibilita uma real transformação na vida material do povo brasileiro e particularmente na vida do trabalhador.

A questão sobre a relação entre a democracia direta e a democracia representativa é uma relação possível na perspectiva do PT, da mesma forma que a relação entre socialismo e democracia, que é, para o referido partido, uma relação indissociável, como veremos a seguir.

(11) Tais pontos, **evidentemente**, realçam ainda mais as questões da democracia no socialismo, ou o problema da liberdade numa sociedade que se pretende tornar igualitária. **Há sempre** o risco de um descompasso entre o **avanço da estrutura econômica** e o **ritmo da democratização da superestrutura**. Resistências maiores ou menores da burguesia podem conduzir a processos de centralização que retardem ou conturbem a **consolidação da plena democracia**. Mas, mesmo com tudo isso, deve ser reafirmada a relação indissociável entre democracia e socialismo. . (Resolução Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88, p. 256)

Inicialmente, podemos perceber o efeito de certeza, de verdade, que o sujeito desse discurso produz por meio do modalizador **evidentemente**, colocando

finalidade”. E democracia direta, seria, segundo Bobbio, (2004, p.154), “todas as formas de participação no poder, que não se resolvem numa ou noutra forma de representação”.

em debate a relação entre socialismo e democracia³⁶ que, como já dissemos, é de fundamental importância na perspectiva do PT e que contribui para aprofundarmos a compreensão acerca do sentido de democracia desse partido. É posta aqui também a questão da liberdade.

Vejamos, no prosseguimento dessa seqüência, a forma como o sujeito estrutura o dizer, em que tematiza a relação entre a infraestrutura e a superestrutura. Ele inicia pela afirmação “**Há sempre um risco de descompasso entre o avanço da estrutura econômica e o ritmo da democratização da superestrutura**”. Iniciando o seu dizer desse modo, ele produz o efeito de certeza, de que tem domínio da realidade que o cerca. Além disso, produz-se outro efeito: de segurança, de que não é preciso ter dúvida [“há sempre”], [eu sei o que estou falando], apagando, de certo modo, outro dizer que afirma: **Às vezes há risco** ou **Não há risco** de um descompasso entre a infra-estrutura e a superestrutura. Ou seja, **há sempre risco**, não existe meio termo. Essa formulação no intradiscurso realizada pelo sujeito do discurso evidencia a necessidade do sujeito de ocultar as outras vozes que constituem qualquer discurso.

Aprofundemos a análise dessa seqüência, voltando o nosso olhar para a expressão “**consolidação da plena democracia**”. Podemos perceber na materialidade discursiva³⁷ que a consolidação da plena democracia está sujeita à resistência da burguesia. Essa resistência pode retardar ou conturbar tal consolidação. Mas de que consolidação se trata? E que plena democracia é essa?

Para Pêcheux (1969, p. 77), “um discurso é sempre produzido a partir de *condições de produção* dadas”. (grifo do autor). Nesse sentido, é importante

³⁶ Tema polêmico para teóricos liberais e marxistas. A esse respeito, cf. Bobbio (1986, 2004) & Coutinho (1980, 1992).

³⁷ Conforme Pêcheux (1969), “lugar material em que se realizam os efeitos de sentido”.

lembrarmos que já estamos efetivamente em 1986, ano de produção desse discurso. Nesse caso, não estamos na ditadura militar, já que ela acabou em 1985. Se o discurso agora fala em **consolidar a democracia** é porque já se conquistou uma forma de democracia. O que resta agora de fato é consolidar **a plena democracia**. Voltemos então à indagação: que **plena democracia** é essa? O que significa essa expressão na perspectiva do discurso do PT?

Começemos por refletir sobre o adjetivo “plena” que aparece nesse recorte deslocado, ou seja, antes do substantivo democracia. Esse procedimento discursivo promove um deslocamento de sentido, pois ao colocar esse adjetivo antes do substantivo **democracia** o sujeito estabelece um sentido de abstração. É o mesmo movimento de abstração que se estabelece quando colocamos o adjetivo “grande” antes do nome “homem”, formando a expressão “grande homem” e não “homem grande”, expressão de cunho mais concreto. Ou quando colocamos também o adjetivo pobre antes do substantivo homem. Entendemos que ao utilizar esse procedimento, deslocando o adjetivo, dando ênfase ao nome democracia, o sujeito cria um efeito de realização perfeita da sociedade numa democracia, silenciando assim as contradições sociais existentes. Mas falar em **plena democracia** não seria justamente a imbricação necessária, na perspectiva do PT, entre democracia representativa e democracia direta? Veremos a seguir como esse sentido de plena democracia vai sendo retomado, com outras formulações.

(12) Partindo de uma análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da conjuntura política atual, este Plano visa estabelecer diretrizes capazes de orientar a classe trabalhadora no enfrentamento de **problemas imediatos** – inclusive o processo constituinte – e na luta por mudanças que **consolidem e ampliem a democracia**, garantam

melhores condições de vida e abram perspectivas por **transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista**, sem exploração nem opressão, e nesse sentido, este Plano também indica as medidas fundamentais para o crescimento e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores. (Resolução Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88, p. 246 – 4º encontro nacional - 1986)

Nesse recorte, está expresso que o PT possui um plano que objetiva criar caminhos capazes de orientar a classe trabalhadora para o **“enfrentamento de problemas imediatos”** e orientar a classe trabalhadora **“na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia”** e que assegurem, também, **“melhores condições de vida e abram perspectivas por transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista, sem exploração nem opressão”**.

Nesse discurso, é possível perceber que o sujeito procura mostrar o seu conhecimento, já que ele parte da análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo. Detentor desse conhecimento, ele é capaz de orientar a classe trabalhadora que, subtende-se, está desorientada.

Mas o que seria na verdade ampliar a democracia? Entendemos que a expressão “ampliar a democracia” sugere a idéia de participação. Percebe-se que essa ampliação, na perspectiva do plano elaborada pelo PT, não está desvinculada do discurso da melhoria de vida do povo brasileiro e de uma sociedade sem exploradores e opressores. Além disso, ao dizer/solicitar a ampliação da democracia, o PT sugere que há uma certa democracia, mas uma democracia restrita à qual ele se opõe, já que defende a plena democracia.

Esses dizeres na formação discursiva do PT serão fortemente retomados. O que tentaremos mostrar é que, ao retomar esses dizeres, o sentido de democracia enquanto quantidade, o PT vai provocar efeitos de sentido outros.

(13) Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de **conquistas imediatas** das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, **sim, acordos itemizados e delimitados** com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final. (Resolução Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88, p.253 – 4º encontro nacional - 1986)

Nesse dizer está colocada a questão da necessidade de **acordos** no campo político-partidário e no campo das forças sociais para ampliação do espaço democrático. Vejamos que não é qualquer acordo, mas acordos **“itemizados e delimitados com forças sociais e político-partidárias”**.

A palavra **acordo**, dentro da política brasileira, normalmente carrega um sentido pejorativo. É possível constatar isso, atualmente, quando pensamos a reforma política. Nessa seqüência, no entanto, ao delimitar o acordo a ser feito, o PT produz outro sentido: responsabilidade, seriedade. Ou seja, o PT não está fazendo acordos com qualquer um, mesmo que os acordados não tenham como objetivo o socialismo.

O recurso ao acordo político como forma de mediação à ampliação do espaço democrático, afasta de forma silenciada a participação ativa do povo nesse processo. A conquista desse espaço democrático é algo que se dá na esfera

institucional e não fora dela. A idéia de ampliação do espaço democrático refere-se nesse dizer a algo restrito à esfera político-partidária.

Essa constatação estabelece uma contradição no discurso do PT e rompe com a regularidade no discurso que afirmava ser indispensável a participação direta do povo para ampliação da democracia e para a modificação da sociedade.

Uma outra questão que é importante considerar aqui é o fato de o enunciador, ao dizer “**são necessários e possíveis, sim, acordos itemizados e delimitados com forças sociais e políticos-partidárias**”, alertar para a existência de uma outra voz inscrita nesse recorte que diz **não são necessários e possíveis acordos itemizados**. Nesse sentido, podemos dizer que há um conflito de dizeres que afetam a formação discursiva do PT. Esse conflito de dizeres apresenta de certo modo um ponto de deriva³⁸ do discurso do PT. Além disso, ao colocar em seu dizer o advérbio sim, o sujeito produz o efeito de certeza. É importante ainda observar como o produtor desse discurso compromete-se com esse dizer quando usa o verbo ser no presente do indicativo, “**são necessários e possíveis**”. No nosso *corpus*, esse recorte que acabamos de analisar foi o que apresentou mais claramente esse embate entre dizeres.

Veremos agora um recorte em que o PT retoma o discurso da participação dos trabalhadores como condição para uma transformação de uma determinada forma de democracia.

(14) Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a

³⁸ Tomamos de empréstimo a palavra “deriva” do texto de Pêcheux (2002, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”.

observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formal, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo. (Resolução Objetivos estratégicos do PT: socialismo, p. 318 – 5º encontro nacional - 1987)

Vejamos que a participação do povo é de fundamental importância, na perspectiva do PT, para transformar “**as liberdades políticas e a democracia formais [...] nas liberdades e na democracia real**”. Ademais, é necessária “**a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e garantir a existência do Estado socialista**”, para que tal transformação seja possível ou, como está dito na materialidade discursiva, “**será impossível**” tal transformação.

Nesse recorte, o efeito de sentido que se produz em relação à expressão “**democracia formal**” é negativa. Vejamos que a relação que se faz nesse discurso entre essa expressão e capitalismo é direta. Por outro lado, a expressão “**democracia real**”, que faz uma relação direta com socialismo, produz nesse discurso um efeito positivo. Vejamos isso a seguir de forma esquemática:

Atualidade		Perspectiva
Capitalismo		Socialismo
Liberdades políticas		Liberdade (sem adjetivo)
Democracia formal		Democracia real
<u>Caminho</u>	Participação das massas no poder Observância dos direitos individuais	<u>Chegada</u> Estado Socialista

Como podemos perceber no esquema acima, a mudança de uma forma de sociabilidade a outra, ou seja, do capitalismo ao socialismo, é condicionada à

participação da classe trabalhadora no “**poder de Estado**”. Observar os direitos individuais dos “**membros da sociedade e garantir a existência do Estado socialista**” também são essenciais para tal mudança. O que de fato temos posto aqui nesse recorte, é, mais uma vez, o deslocamento da centralidade do trabalho à centralidade da política. Ou seja, é participando mais da vida política do Estado; é garantindo os direitos individuais dos cidadãos que o PT acredita poder transformar a democracia formal em democracia real, o Estado capitalista no Estado socialista.

Ao falar sobre a democracia real, o PT faz uma relação direta com o socialismo. Na verdade, a democracia formal está para o capitalismo como a democracia real está para o socialismo. Mas quando o PT faz a relação democracia real/socialismo, ele diz: **será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo**. Vejamos que o PT diz “**deve ser**”. Percebe-se que esse modalizador produz um efeito de aconselhamento, sugestão ou mesmo de obrigação. Ou seja, é necessário ser ou precisa ser próprio do socialismo a democracia real.

Acreditamos que o que está em funcionamento aqui é a questão do alargamento da democracia. De fato, aparece nesse discurso a expressão “**democracia formal**” (própria do capitalismo) como sinonímia de democracia representativa. Então, democracia real (própria do socialismo) seria o sinônimo de que tipo de democracia?

Passar da democracia representativa à democracia direta, como podemos perceber, somente será possível mediante a “**participação das massas trabalhadoras no poder de Estado**”.

(15) Nossa concepção de democracia não significa que iremos **simplesmente** nos conformar com o respeito ao atual **Estado de direito**. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. (Resolução As eleições presidenciais e a candidatura Lula, p. 385 – 6º encontro nacional - 1989)

Na perspectiva desse discurso, democracia significa a criação de novos direitos. Desse modo, ela seria um regime dinâmico. Mas o que importa salientar aqui é que mais uma vez o sujeito desse discurso utiliza-se do processo discursivo da negação para produzir a sua concepção de democracia. Esse recurso discursivo coloca em cena um ponto de vista que afirma não se conformar com um “**atual Estado de direito**”. Nesse sentido, a compreensão de democracia para o PT é mais ampla. Como se vê, há dois discursos em movimento, opondo-se um ao outro, o que produz, no nosso entender, o efeito discursivo de ausência de consenso, no que respeita à noção de democracia.

(16) As experiências de construção do socialismo – em particular onde a burocracia se apoderam do poder político em nome dos trabalhadores e os alijam do seu exercício – demonstram que não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia. (Resolução Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo, p. 402 – 6º encontro nacional – 1989)

Nesse recorte, é dito que o “**aprofundamento e defesa integral da democracia**” são uma condição para que se instaure de fato um “**autêntico socialismo**”. De certo modo, isso significa dizer que, onde não houve esse aprofundamento e essa defesa, não existiu um “**autêntico socialismo**”.

Foi possível perceber até agora como no discurso do PT é aventada a relação democracia e socialismo e como essa relação é indissociável. Além disso,

verificamos que a democracia aparece no dizer do PT sempre como via ao socialismo. Mais ainda, de que não é possível um socialismo sem democracia. E esse recorte também apresenta e reforça isso. Ou seja, para que haja uma nova forma de sociabilidade, o autêntico socialismo, é fundamental a instauração da democracia. Esse dizer de fato se coloca como predominante no discurso do PT. No entanto, a predominância desse dizer não impede que outras vozes se instaurem, provocando conflito.

Esse conflito configura-se mais uma vez pela presença da negação. Há um dizer, portanto, que afirma que é possível a existência de um **“autêntico socialismo”** com democracia, ou melhor, com **“aprofundamento da democracia”**. De fato, há um consenso entre essas duas vozes no sentido de assumirem a existência da democracia para que haja um **“autêntico socialismo”**.

Mesmo em conflito, essas vozes derivam para um consenso no sentido de entender a necessidade de uma nova forma de sociabilidade, que é o socialismo, seja ele com aprofundamento ou não da democracia. Mas é importante lembrar que esse socialismo deve ser autêntico. Ao dizer desse modo, o sujeito PT deixa subtendida a idéia da existência de um falso socialismo. Esse movimento de autêntico socialismo e falso socialismo que se estabelece nesse dizer inscreve um discurso maniqueísta que normalmente se sustenta na dualidade.

(17) Sabemos que não se farão reformas estruturais indispensáveis sem luta social, sem mobilização, sem greves, sem ampla participação das massas populares. Mas queremos fazê-lo de forma democrática, através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos de dominação. Com essa vontade política e esta disposição de luta estaremos prontos para construir, em todas as frentes, uma hegemonia política, ideológica e

cultural dos trabalhadores. (Resolução de 1889, Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo, p. 402)

O PT almeja fazer as reformas estruturais no país, consideradas indispensáveis, e considera inviáveis tais reformas sem as greves, a luta social, a participação das massas populares. Mas o PT quer fazer [as reformas indispensáveis] **“Mas queremos fazê-lo de forma democrática, através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos de dominação”**. Diante disso, podemos perceber mais claramente o deslocamento da centralidade do trabalho à centralidade da política. Na materialidade discursiva, a presença da adversativa **“mas”** marca bem esse deslocamento e, ao mesmo tempo e conseqüentemente, o posicionamento ideológico do sujeito desse discurso.

Entendemos que a posição do PT nesse discurso é, de fato, a favor das regras do jogo, ou seja, do jogo democrático. O espaço democrático é, então, o caminho escolhido pelo PT para realizar a **reforma estrutural indispensável**. Embora esse espaço seja historicamente favorável à burguesia, o PT acredita ser possível vencer esse embate, isto é, **“com essa vontade política”** estarão prontos para realizar a reforma e **“construir, em todas as frentes, uma hegemonia política, ideológica e cultural dos trabalhadores”**. Vejamos que o sujeito PT no seu dizer produz a expressão **“vontade política”**. Marx (1995, p. 5) nas *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano”* afirma que

O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais. (grifo nosso)

A partir das palavras de Marx, é possível refletir sobre o dizer do sujeito PT no sentido de que ao falar em “**vontade política**”, esse sujeito externa a sua posição e opção quanto à centralidade da política. Isso se evidencia na própria materialidade quando afirma que **sabe** que não se farão reformas estruturais indispensáveis sem luta social, etc, mas **quer** fazer essas reformas de maneira democrática. De fato, o PT sai da posição de sujeito de esquerda para outra do Estado.

Percebe-se assim como o PT acredita que dentro do jogo e do espaço democrático [efeito ideológico de evidência] é possível resolver problemas cruciais da sociedade. Tonet (2004, p. 350) alerta, porém, na direção de Marx (idem), que “Pensar a democracia como espaço onde se podem resolver os problemas fundamentais da sociedade é esquecer as suas limitações essenciais, é atribuir-lhe um poder que ela não tem”.

Na concepção do PT, como já podemos perceber, uma democracia real não pode prescindir da participação do povo. Na seqüência a seguir, adentraremos nesse discurso que se opõe a uma forma de democracia que legitima a não-participação popular e da classe trabalhadora nas **decisões do governo e da sociedade**.

(18) O primeiro compromisso do governo do PT é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade, é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. Somente assim as profundas mudanças no Plano de Ação de Governo poderão ser viabilizadas.

Nesse sentido, realizamos uma crítica profunda à maneira como o Estado está hoje estruturado no Brasil, de

forma a garantir a marginalização política e econômica das grandes maiorias. O PT **defende a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada. Não há democracia se a administração pública é voltada para a proteção dos interesses privados de minorias dominantes, através da corrupção e do desvio dos fundos públicos**; se o ordenamento jurídico do País e atuação do Poder Judiciário têm como referência, permanentemente, **a preservação dos privilégios do capital lucrativo, dos monopólios e oligopólios e dos grandes proprietários de terra**; se, **a despeito da grave situação refletida nos índices de pobreza da população brasileira, os modelos de crescimento econômico adotados privilegiam a acumulação de capital pelas grandes empresas, em detrimento da distribuição de rendas**; se as Forças Armadas tutelam a ação do Estado, se uma vasta máquina de repressão é acionada de forma permanente contra os trabalhadores; se o sistema de representação parlamentar é profundamente deformado por leis que atentam contra a representação proporcional dos votos dos eleitores, que convivem com todo tipo de corrupção eleitoral e estimulam a completa autonomia dos mandatos.

A defesa de uma democracia real e efetiva apóia-se na convicção, também, de que **o socialismo se constrói com democracia**, com **pluripartidarismo** e com ação decisiva dos trabalhadores. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. (Resolução de 1989, As bases do PAG [Plano de Ação de Governo], p. 404)

Nesse recorte, é possível perceber que o compromisso do PT ao chegar ao poder será construir a democracia. Mas uma democracia **“da maioria”**, **“com a mais ampla participação popular”**. Aliás, esse será **o primeiro** compromisso.

Como salientamos anteriormente, o PT procura imprimir discursivamente uma nova forma de democracia que possa efetivamente modificar as relações sociais de opressão existentes na sociedade brasileira. E é a democracia que se caracteriza como da maioria **“com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade”** que possibilitaria efetivamente a transformação das relações sociais de opressão próprias do capital. Nesse sentido,

é que o PT se coloca contra uma ordem democrática que elide a participação popular nas decisões do Estado, tanto no nível econômico quanto político: **“realizamos uma crítica profunda à maneira como o Estado está hoje estruturado no Brasil, de forma a garantir a marginalização política e econômica das grandes maiorias”**.

Podemos inferir, quando o PT se propõe a construir uma democracia em que haja **“a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade”**, que há certo descrédito na forma de democracia representativa em vigor, embora essa democracia representativa não seja totalmente descartada no discurso em análise. Queremos dizer com isso que **“O PT defende uma democracia efetiva e não meramente formal e truncada”**. E ao utilizar o advérbio **meramente**, esse sujeito faz certo juízo de valor, dando um tom negativo, depreciativo, no que respeita à democracia representativa, mas ao mesmo tempo ele aceita [deixa subentendido] a **democracia formal e truncada**, mas **não** aceita uma democracia **meramente formal e truncada**.

No segundo parágrafo do recorte em análise, ainda é possível perceber um diálogo com o discurso econômico. Percebemos esse diálogo quando o sujeito desse discurso utiliza termos como fundos públicos, capital lucrativo, etc, como podemos constatar:

a preservação dos privilégios do capital lucrativo, dos monopólios e oligopólios e dos grandes proprietários de terra; se, a despeito da grave situação refletida nos índices de pobreza da população brasileira, os modelos de crescimento econômico adotados privilegiam a acumulação de capital pelas grandes empresas, em detrimento da distribuição de rendas;

Podemos ver ainda, no último parágrafo do recorte **(18)**, que o sujeito diz agora ‘**a defesa de uma democracia real**’ e não apenas **efetiva**. Ao adicionar a palavra **real** ao substantivo **democracia**, o PT coloca em movimento questionamentos que levam à produção de sentido(s). Ou seja, a defesa de uma **democracia real** significa a defesa de um tipo de **democracia** em que todos efetivamente participem das decisões políticas no interior do Estado? A **democracia real** seria um tipo de **democracia** em que a classe trabalhadora deteria os meios e o controle de produção econômica? A defesa da **democracia real** seria o caminho para uma nova sociabilidade?

Essa expressão **democracia real**, que provoca esses questionamentos, aponta, na verdade, para um discurso sobre o socialismo real. Não nos parece ingênua tal construção e não é por acaso que o adjetivo **real** surge aí junto ao substantivo **democracia**. Assim, acreditamos que essa expressão é construída como crítica ao socialismo praticado na União Soviética. Lembremos que esse recorte é produzido em 1989, época da queda do Muro de Berlim³⁹

Ao apontar para uma crítica em relação ao socialismo praticado na URSS, o PT convoca também, e conseqüentemente, a formulação **democracia plena**, que dá a idéia de uma **democracia perfeita**. **Democracia real** ou **perfeita** seria então uma forma de **democracia** em que todos teriam efetivamente os seus direitos garantidos e que as desigualdades social e econômica não mais existiriam? Esse é o efeito de sentido que o PT produz quando trata sobre **democracia**.

³⁹ É importante lembrar que de 1980 a 1989, piora a crise na URSS, o presidente Mikail Gorbachev apressa o processo de liberalização do regime e a descentralização econômica e termina com a dominação dos países do Leste europeu.

CONCLUSÃO

A década de oitenta significou para a nação brasileira um momento significativo, do ponto de vista político. Temos a luta pelo voto livre e direto, temos a luta pela anistia e a reforma partidária, a qual vai desembocar na criação de um novo partido que emerge no interior da classe trabalhadora: O Partido dos Trabalhadores.

Foi sobre o PT, mais precisamente sobre o(s) sentido(s) de democracia no discurso desse partido, que nos debruçamos nessa dissertação. No decorrer do nosso trabalho, fundamentados na Teoria da Análise do Discurso, de linha francesa, filiada a Michel Pêcheux, foi possível perceber que a conquista da democracia é fundamental para a classe trabalhadora. Trata-se, porém, de uma democracia real em que os trabalhadores pudessem participar efetivamente das decisões políticas e econômicas do governo, em direção à emancipação política.

Constatamos que essa democracia real que possibilita maior participação do povo brasileiro aparece no discurso do PT como o primeiro sentido de democracia. A investigação nos possibilitou perceber que esse sentido perpassa constantemente o discurso do referido partido, seja em forma de crítica a uma democracia dita representativa, seja na defesa da democracia direta. É importante frisar que ambas as formas de democracia aparecem no discurso do referido partido não como categorias políticas excludentes. No referido discurso, há mecanismos discursivos que apontam, na verdade, para uma articulação entre essas categorias políticas, como foi possível constatar em algumas de nossas análises.

O aprofundamento da nossa investigação nos permitiu perceber que, no primeiro sentido de democracia que emerge do discurso do PT, há espaço para a

criação de condições objetivas de participação da classe trabalhadora na vida política e econômica do Brasil, em direção à emancipação política, criando condições reais para uma mudança social substancial, rumo a uma nova forma de sociabilidade.

Essa nova forma de sociabilidade seria, na perspectiva do PT, o socialismo. Não um socialismo que se efetiva através de decretos, mas um socialismo em que os direitos individuais são resguardados. Ficou claro que, na perspectiva desse partido, o caminho para o socialismo se dá via democracia. Aqui surge o segundo sentido de democracia no discurso em estudo.

Essa relação está presente no discurso do PT. A democracia, na verdade, na perspectiva desse partido, é condição para o socialismo. Como já salientamos anteriormente, somente por meio da democracia um país pode sonhar com um socialismo em que as liberdades e os direitos individuais sejam efetivamente respeitados.

Esse socialismo que somente pode se efetivar via democracia, na perspectiva do PT, concretiza-se no interior do Estado. Nesse caso, o Estado não deixa de existir. Pretende-se mudar a natureza do Estado, como vimos no terceiro capítulo, mas não a sua eliminação, indo, assim, de encontro à perspectiva marxista, que vê no Estado um empecilho para a efetiva emancipação humana.

Esses dois sentidos emergem no discurso do PT. Eles estão nas malhas do dizer desse partido. Quando acompanhamos a construção desses sentidos, somos levados a constatar o deslocamento que o partido faz, ou seja, o deslocamento da centralidade do trabalho à centralidade da política. Emerge, desse deslocamento um terceiro sentido de democracia, a saber, a democracia como forma de adequação ao capitalismo, já que as lutas não mais são travadas na rua,

na fábrica, mas sim no parlamento. É o partido entrando na regra do jogo do sistema capitalista.

Chegamos ao final do nosso trabalho com a convicção de que de fato os sentidos são determinados pelas condições sócio-históricas. E que realmente, como afirma Pêcheux (2002, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. Virgínia Borges. *A (des)razão do mercado: efeitos de mudanças no discurso da qualidade total*. Tese de doutorado, UFAL, Maceió, 1999.

AMARAL, M. Virgínia Borges. *O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho*. Maceió, EDUFAL, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. Cortez, São Paulo, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. Brasil Urgente, São Paulo, 1991.

BAKHTIN, Michel. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo, Cultrix, 1971.

BOBBIO, Noberto. *Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Noberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira – “A língua sob o olhar da Análise do Discurso” in: Moura, Maria Denilda (org:) – *Os múltiplos usos da língua*, Maceió, EDUFAL, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Ensino de qualidade e cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais: o simulacro de um discurso modernizador*. Monografia (tese). Maceió: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção polêmicas do nosso tempo. V. 51

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia Como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo, 1980.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*, São Carlos, 2006.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. *O enunciado e a polifonia em Bakhtin*. In: In: Revista Leitura do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas. Nº 30 – julho/dezembro 2002 – Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 2002, p. 237-253.

INDURSY, Freda. *A fragmentação do sujeito em análise do discurso*. In: Indursky, Freda e Campos, M. do Carmo. *Discurso, Memória e Identidade*. Porto Alegre, Sagra Luzzalto, 2000, p. 70-81.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, S.P.: Claraluz, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Trad. de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”*. *Práxis*, Projeto Joaquim de Oliveira, nº 5, 1995.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Paz e Terra, 1989, Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, Belmira. *O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário*. Revista Linguagem em discurso. Vol. 3.

MAGALHÃES, Belmira. et. al. *Da linguagem ao poder: os discursos de Collor e Lula nas eleições presidenciais de 1989*. Maceió, EDUFAL, 1997.

MAGALHÃES, Belmira. *Ideologia, Sujeito e Transformação Social*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Cristina (org). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 327-336.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências da Análise do Discurso*. Pontes, 1989, Campinas.

NADINE, Habert. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. Editora Ática, Série Princípios, 1992, São Paulo.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Pontes, 2003, Campinas.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista: discurso do confronto: o velho e novo mundo*. Campinas, São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP, UNICAMP, 1992.

ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. *Sujeito e texto*. São Paulo. EDUC, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Tradutores Bethânia S. Mariani... [et. Al.]. In: F. Gadet & T. Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. *A propósito da análise do discurso: atualização e perspectivas*. Tradutores Bethânia S. Mariani... [et. Al.] In: F. Gadet & T. Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1995.

TONET, Ivo. *Em defesa do futuro*. Maceió, Edufal, 2005.

TONET, Ivo. *Democracia ou Liberdade?*. Maceió, Edufal, 2004.

Regimento interno do Partido dos Trabalhadores. In: *Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores*, p. 157.

Teses para a atuação do PT. In: *Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores*, p. 142.

ZOPPY-FONTANA, Mónica Graciela. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, São Paulo, UNICAMP, 1997.

ZOPPY-FONTANA, Mónica Graciela. *Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei*. In: Revista Leitura do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas. Nº 30 – julho/dezembro 2002 – Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 2002, p, 175-205.

WEFFORT, Francisco. Socialismo e social-democracia no Brasil. In: *A proposta social-democrata: a social-democracia na atualidade européia, hispano-americana e brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.